

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.011 - SC (2019/0247895-8)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : MASTERPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA**  
**ADVOGADOS : MAIKO ROBERTO MAIER E OUTRO(S) - SC031939**  
**KIM AUGUSTO ZANONI - SC036370**  
**CELSO ALMEIDA DA SILVA - SC023796A**  
**CASSIA CRISTINA DA SILVA - SC023809B**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

## **DECISÃO**

Trata-se de Agravo interno, interposto por MASTERPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA, mediante o qual se impugna decisão, de minha lavra, que conheceu em parte de seu Recurso Especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, em ação na qual se discute a juridicidade da incidência do PIS e da COFINS sobre suas próprias bases de cálculo.

Em seu Agravo interno, a ora agravante sustenta, em síntese, o seguinte:

"Como bem delineado no recurso especial interposto, ao negar provimento à apelação a decisão do e. TRF4 violou claramente os arts. 1.039 e 1.040, III, do CPC, tendo em vista que deixou de aplicar o mesmo entendimento do Tema 69 da Repercussão Geral para casos que, apesar de tratarem de tributos diversos, possuem completa identidade em sua natureza.

Extraí-se que o fundamento central utilizado para negar a segurança pleiteada foi exatamente que não é possível a aplicação do entendimento exarado pelo STF no Tema 69 da Repercussão Geral:

'Referente ponderação, como é evidente, desbordaria da análise infraconstitucional para a constitucional, terreno que não é próprio ao Recurso Especial, mas ao Recurso Extraordinário'.

Ressalta-se que não é sobre o Tema 69 que se levanta a discussão, mas sim a violação ao arts. 1.039 e 1.040, III, do CPC/2015, vez que foi decidido contrariamente a tese firmada naquele.

Ainda, esta Corte de Justiça tem entendido que o Tema 69 deve sim ser aplicado em outras demandas em que se verifique a mesma causa de pedir, como é o caso da CPRB:

(...)

Assim, deve o presente agravo interno ser conhecido e provido, para

# Superior Tribunal de Justiça

reforma da decisão monocrática e por fim que seja conhecido o recurso especial interposto" (fls. 256/257e).

Requer, por fim, "seja este recurso de agravo interno integralmente provido para reformar a decisão monocrática agravada e consequentemente reconhecer a admissibilidade do recurso especial, determinando seu regular processamento" (fl. 257e).

Sem contraminuta.

A decisão agravada merece reforma.

Preliminarmente, o presente Agravo interno produz o efeito regressivo, o qual autoriza que regressem a mim as questões apreciáveis de ofício, como, por exemplo, a questão relativa à admissibilidade do Recurso Especial.

Verifica-se que há Recurso Extraordinário admitido, na origem, pela decisão de fl. 233e. De outro lado, a questão versada nos presentes autos teve reconhecida sua repercussão geral, no bojo do Recurso Extraordinário 1.233.096/RS (Tema 1.067), **MINISTRO DIAS TOFFOLI, in verbis:**

"Inclusão da COFINS e da contribuição ao PIS em suas próprias bases de cálculo".

Nos termos do § 2º do art. 1.031, do CPC/2015: "Se o relator do recurso especial considerar prejudicial o recurso extraordinário, em decisão irrecorrível, sobrestará o julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal".

A disposição processual acima deve ser interpretada em conjunto com o art. 1.036 do CPC/2015, que estabelece que, quando houver multiplicidade de recursos extraordinários com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Suprema Corte. Julgado o mérito do Recurso Extraordinário, com repercussão geral reconhecida, os recursos extraordinários sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.

Tendo em vista as disposições contidas nos arts. 1.036 a 1.041 do CPC/2015, impõe-se a adoção do entendimento firmado pela Segunda Turma do STJ, no sentido de que não há óbice para que o Ministro Relator, levando em consideração razões de economia processual, aprecie o Recurso Especial apenas quando exaurida a competência do Tribunal de origem. Nesse contexto, se há, nos autos, Recurso Extraordinário pendente de julgamento, em que tratada a questão com repercussão geral reconhecida no âmbito do STF

# *Superior Tribunal de Justiça*

(caso dos autos), é possível ao Ministro Relator, no STJ, determinar que o Recurso Especial seja apreciado apenas após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o Recurso Extraordinário, na forma do art. 1.039 do CPC/2015.

A propósito, confira-se julgado proferido por esta Corte na vigência do CPC/73:

"TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. CREDITAMENTO REFERENTE À DEPRECIAÇÃO DE BENS INCORPORADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. ART. 31, CAPUT, DA LEI 10.865/2004. LIMITAÇÃO TEMPORAL. CRÉDITO PRESUMIDO DE PIS/COFINS.

1. O recurso especial da empresa deveria ficar sobrestado, nos termos do art. 543, § 2º, do CPC, tendo em vista que o recurso extraordinário interposto pela Fazenda Nacional, por discutir a validade da limitação temporal prevista no art. 31 da Lei 10.685/2004, é prejudicial à pretensão deduzida pela contribuinte no recurso especial.

2. Dessa forma, acaso provido o recurso extraordinário da Fazenda, para reconhecer a constitucionalidade do referido dispositivo legal, o qual veda a continuidade do creditamento de PIS e COFINS incidente sobre a depreciação e a amortização de bens adquiridos até 30/4/2004, estará fulminado o objeto deste recurso especial, que pressupõe o afastamento de referida limitação temporal.

Embargos de declaração da Fazenda Nacional rejeitados. Embargos de declaração da empresa, acolhidos com efeitos infringentes" (STJ, EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1.269.725/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/02/2014).

Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada e, nos termos do art. 1.036, **caput**, e parágrafos, do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o Recurso Especial seja apreciado apenas após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o Recurso Extraordinário, na forma do art. 1.039 do CPC/2015.

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

